



REVISTA DE CIÉNCIAS SOCIAIS

Civitas - Revista de Ciências Sociais

ISSN: 1519-6089

civitas@pucrs.br

Pontifícia Universidade Católica do Rio

Grande do Sul

Brasil

#### Apresentação

Civitas - Revista de Ciências Sociais, vol. 1, núm. 2, dezembro, 2001, pp. 5-6

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=74210201>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc



Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# Apresentação

Violência como temática do presente número reflete, de imediato, uma situação circunstancial: os organizadores e alguns dos autores participam conjuntamente de um programa interdisciplinar de pós-graduação –o Mestrado em Ciências Criminais da Pucrs–, de projetos de pesquisa e orientam dissertações em que a violência é tematizada. Como pauta da agenda política, ela reveste-se, igualmente, de relevância e urgência.

Mas há outro aspecto que, parece-nos, coloca a violência como questão para reflexão e debate acadêmicos: na realidade e percepção social visivelmente não se distanciando e assumindo, em grau crescente, uma relação caracterizada pela bidirecionalidade da determinação. Não só “violência real” provoca e produz percepção/representação, como também percepção/representação se materializa – quando não se descolam.

Vista assim, a temática recobra uma complexidade que a agenda política não acolhe e a qual as disciplinas isoladamente tampouco fazem jus. Por isto, os textos aqui reunidos trazem, com perspectivas distintas, um olhar diferenciado a respeito da questão.

Com três teses sobre a violência, *Ricardo Timm de Souza* chama a atenção para a eticidade da violência onipresente, sancionada ou repudiada, na totalidade que/quando nega a alteridade. *Roberto Kant de Lima* compara a maneira brasileira de constituir espaço público e cidadania e de administrar os conflitos, especialmente os relativos à mobilidade social, por ele definida como modelo hierárquico e segmentado, com a estadounidense e a francesa, descrita como modelo igualitário e individualista. Mostra como hierarquização e restrições mudam o sentido do que é universal e particular na aplicação das regras em sociedade.

Numa conjugação de pesquisa e reflexão sobre participação em cargo público, *Luiz Eduardo Soares* enfatiza a importância da interrelação entre as subjetividades, as percepções coletivas e as expectativas socialmente construídas acerca da violência e da insegurança e sua alocação social. Os quase dois anos como gestor na área da segurança pública no Rio de Janeiro ecoam na análise da trajetória das políticas públicas ali implementadas.

*Gabriel Chittó Gauer e Roberto Gomes* trazem uma discussão sobre a violência desde a perspectiva da Psiquiatria e da Psicanálise, respectivamente, mostrando como nestes campos do conhecimento é tratada diferenciadamente a relação entre persona-

lidade e violênica. Gauer revisa extensa bibliografia para trazer o estado da arte na psiquiatria biológica relativa ao comportamento violento. Gomes, por seu turno, atualiza a discussão sobre os instintos de vida e de morte, e defende haver uma linha de continuidade entre um leve sadomasoquismo e, no limite, o homicídio.

O texto de **Ruth M. Chittó Gauer** inaugura um conjunto de contribuições que se voltam para tópicos onde a temática da violência assume feições e contextos mais especificamente brasileiros. E inaugura-o tratando precisamente de violência e medo no mito fundacional em momento decisivo da constituição do Estado-Nação a partir das falas dos constituintes de 1823. Ela realça a dualidade das tão apreciadas características pacifidade, cordialidade e generosidade atribuídas à índole brasileira, evidenciando a face de violência que ocultam.

**Miriam K. A. Guindani, Rodrigo G de Azevedo e Ana Claudia O. R. Marques** enfocam o trinômio justiça, julgamento e pena. Guindani toma o Presídio Central de Porto Alegre como seu objeto de estudo e apresenta os diversos significados dados à pena privativa de liberdade, e ressalta neles o modo de ocultamento da violência e crueldade do sistema penal. Azevedo parte da Lei Federal nº 9.099 para discutir a tendência de informalização da Justiça Penal no Brasil dentro do contexto de mudanças no atendimento à demanda de controle penal na sociedade. Defende em seu texto que, a despeito dos avanços incentivados pela nova legislação no sentido de um acesso mais amplo e ágil aos direitos, longe está o alcance pleno dos objetivos por ela visados. Marques, por seu turno, apresenta a dinâmica de ajustes sociais desenvolvida no entorno da Justiça formal em uma pequena cidade, relativizando a idéia de uma justiça que, imparcial e objetiva, fosse capaz de pairar acima do seu próprio contexto social. Aos integrantes do júri popular cabe fazer a interface entre justiça oficial e as concepções que localmente se tem de justiça.

Esta inserção social é também enfatizada nas duas últimas contribuições do presente número de *Civitas*. **Jorge Mattar Villela** mostra como parentesco e conflito entre grupos familiares estão intimamente relacionados entre si e com o surgimento do cangaço como *modus vivendi* amplamente difundido em regiões do interior nordestino; mostra, ademais, como os bandos armados do cangaço se articulavam com as instituições do Estado. **Antônio Rafael** se concentra na dinâmica do movimento constituído pelo tráfico de drogas, sua inserção e segmentariedade no Rio de Janeiro, sua múltipla presença nos demais facetas da vida social, colocando em cheque prenóções muito difundidas sobre ele, como a de que se trate de crime organizado.

Assim, com um conjunto de textos oriundos de diversas áreas do conhecimento e com enfoques diversificados, esperamos estar contribuindo para a complexificação do debate em torno da violência – como fenômeno e como percepção sociais.

Os organizadores